



Tribunal
Regional
Eleitoral-PI



Relatório anual de **Acessibilidade e inclusão** 2024



Tribunal
Regional
Eleitoral-PI



Relatório anual de **Acessibilidade e inclusão** 2024



Elaboração

NÚCLEO DE SUSTENTABILIDADE E DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NSA)

Sérgio Gonçalves de Miranda

Aline Patrícia de Melo Gomes Deolindo

Maria Elisabeth de Sousa Aguiar Schuck

Ana Paula Rodrigues Vieira da Silva (Estagiária)

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA (ASPLAN)

Raimundo Nonato Gonçalves Júnior

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Breno Ponte de Brito

Marcos Paulo da Cunha Félix

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Praça Desembargador Edgar Nogueira, 80 - Centro Cívico

CEP: 64000-830 - Teresina - Piauí

Telefone: (86) 2107-9700

Composição do Tribunal

Desembargador Sebastião Ribeiro Martins
Presidente

Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Dr. Nazareno César Moreira Rêis
Juiz Federal

Dra. Maria Luíza de Moura Mello e Freitas
Juíza de Direito

Dra. Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio
Juíza de Direito

Dr. José Maria de Araújo Costa
Jurista

Dr. Daniel de Sousa Alves
Jurista

Administração

Silvani Maia Resende Santana
Diretora geral

José Alves Siqueira Filho
Secretária de Administração, Orçamento e Finanças

Walter Schel Alves da Costa Raposo
Secretário Judiciário

Anderson Cavalcanti de Lima
Secretário de Tecnologia da Informação


Tadeu Almeida Martins
Secretário de Gestão de Pessoas

Raimundo Nonato Gonçalves Júnior
Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica



Sumário

Apresentação	5
1. Gestão da Acessibilidade e Informação	6
2. Acessibilidade em Serviços	9
3. Acessibilidade Comunicacional	13
4. Acessibilidade Tecnológica	14
5. Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística	15
6. Outras ações de capacitação e sensibilização sobre acessibilidade, diversidade e inclusão	16



Apresentação

Acessibilidade é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva, equitativa e justa, alinhada aos valores constitucionais e aos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro.

Movido por esta premissa, o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, TRE-PI, assumiu o compromisso de implementar medidas que busquem a plena acessibilidade para todas as pessoas, em especial para aquelas com deficiência, considerando os marcos legais, normativos e técnicos que orientam essa temática.

O tema conta com extensa gama de normativos, partindo da Constituição Federal de 1988, passando pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e ratificada pelo Brasil com equivalência de emenda constitucional, chegando na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, além das várias Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, CNJ, que tratam do assunto.

Além disso, a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) reforçam a importância da acessibilidade como parte integrante do desenvolvimento sustentável, abrangendo dimensões econômicas, sociais, ambientais e institucionais, alinhando as iniciativas de instituições das mais diversas esferas.

A partir desses fundamentos, este relatório busca apresentar um panorama atualizado sobre a acessibilidade no âmbito do TRE-PI, contendo as ações concretas para a eliminação de barreiras e a promoção da inclusão. A construção de um ambiente acessível não é apenas uma obrigação legal, mas um compromisso ético e social que contribui para a efetivação dos direitos humanos e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, o tema exige a colaboração entre os diversos atores sociais, incluindo órgãos públicos, instituições privadas e a sociedade civil, para que as políticas de acessibilidade sejam implementadas de forma eficaz e abrangente, garantindo a participação plena e efetiva de todas as pessoas, em igualdade de oportunidades.

1. Gestão da Acessibilidade e Informação

Comissão Permanente de Acessibilidade - CPAI

O TRE-PI instituiu sua CPAI em 2022, através da Portaria Presidência Nº 1100/2022 TRE/PRESI/DG/ASSDG, com caráter multidisciplinar, responsável pela proposição de ações prioritárias para fomentar a acessibilidade e inclusão às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, tal Comissão é constituída pelos seguintes integrantes:

- I – Maria Célia Lima Lúcio - Juíza Auxiliar da Presidência;
- II – Silvani Maia Resende Santana - Diretora Geral;
- III – Tadeu Almeida Martins - Secretário de Gestão de Pessoas;
- IV – Raimundo Nonato Gonçalves Júnior - Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica;
- V – Joziele Coimbra Borges de Andrade - Coordenadoria de Apoio Administrativo – COAAD;
- VI – Paulo das Neves Silva Junior - Seção de Desenvolvimento e Soluções Corporativas;
- VII – Maria Elisabeth de Souza Aguiar Schuck - Núcleo de Sustentabilidade e de Acessibilidade e Inclusão;
- VIII – Mhário Eugênio Castro Ramos - Unidade de Engenharia e Arquitetura;
- IX – Hugo Leonardo Ferreira Leite - Coordenador do GT Mesários do TRE-PI;
- X – Cleofo Ferreira da Silva – Servidor.

Força de Trabalho e Eleitorado: proporção de pessoas com deficiência (público interno e externo)

O público interno do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, que constitui a sua força de trabalho, é integrado por magistrados(as), servidores(as), estagiários(as) e terceirizados(as), além de residentes jurídicos. Em 2024, as pessoas com deficiência (PCD) representaram 6% do total desse quadro, com o significativo incremento de 87% em relação a 2023.

Tabela 1 – Proporção da força total de trabalho do TRE-PI PCD – 2024

FORÇA DE TRABALHO	Não PCD	PCD	Total	% PCD
Total Magistrados(as)	82	9	91	10%
Total Servidores(as)	515	45	560	8%
Total de Estagiários(as)	56	0	56	0%
Total de Terceirizados(as)	274	2	276	1%
Força Total de Trabalho do TRE-PI (FTT)	927	56	983	6%

Fonte: MPM (Módulo de Produtividade Mensal) do CNJ

Tabela 2 – Evolução da força de trabalho PCD do TRE-PI (2022 - 2024)

FORÇA DE TRABALHO PCD	FTT PCD 2022	FTT PCD 2023	FTT PCD 2024	Variação 2024/2023
Total Magistrados(as)	2	1	9	800%
Total Servidores(as)	7	25	45	80%
Total de Estagiários(as)	0	0	0	0%
Total de Terceirizados(as)	0	4	2	-50%
Força de Trabalho Total PCD Total do TRE-PI (FTTPCD)	9	30	56	87%

Fonte: MPM (Módulo de Produtividade Mensal) do CNJ

Tabela 3 – Evolução de cargos e funções comissionadas para servidores PCD (2021 - 2024)

EVOLUÇÃO DE COMISSONAMENTO DE PCD	2021	2022	2023	2024
Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência.	1	1	1	2
Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.	4	4	11	22

Fonte: Relatório de Gestão da SGP

Eleitorado

Quanto ao público externo, o eleitorado piauiense, constatou-se uma elevação de pessoas com deficiência do índice de 0,84% do total de eleitores em 2023, para 1,06% desse eleitorado total em 2024.

Tabela 4 – Proporção do Eleitorado PCD do Piauí - 2024

COMPARATIVO ELEITORADO TOTAL x PCD	Piauí	Teresina	Interior
Total Eleitorado	2.691.036	584.524	2.106.512
Total Eleitorado com Deficiência	28.408	6.760	21.648
% Eleitorado PCD em relação ao total	1,06%	1,16%	1,03%

Fonte: Sistema SIG TSE (sig.tse.jus.br)

Tabela 5 – Evolução do Eleitorado PCD do Piauí 2022-2024

EVOLUÇÃO ELEITORADO PCD	2022	2023	2024
Total Eleitorado	2.570.024	2.600.066	2.691.036
Total Eleitorado com Deficiência	20.734	21.840	28.408
% Eleitorado PCD	0,81%	0,84%	1,06%

Fonte: Sistema SIG TSE (sig.tse.jus.br)

2. Acessibilidade em Serviços

Implantação da Central de LIBRAS nas Eleições 2024

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) implementou uma Central de Libras para atender eleitores com deficiência auditiva durante as eleições de 2024. A iniciativa incluiu intérpretes voluntários de Libras que atuaram no Disque Eleições e na Ouvidoria, além de uma equipe volante que fez o atendimento presencial nos locais de votação. O serviço também estava disponível online, no site do TRE-PI, para auxiliar a comunidade surda a exercer o direito ao voto. Outras ferramentas de acessibilidade, como voz sintetizada para deficientes visuais, tela inclinada, sistema Braille e intérprete de Libras na urna eletrônica, foram utilizadas para garantir a inclusão plena nas eleições municipais.

Capacitação

A acessibilidade em serviços é avaliada na perspectiva da qualificação da força de trabalho do Tribunal na temática de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência. As tabelas a seguir apresentam a evolução das variáveis utilizadas pelo CNJ para mensurar a acessibilidade.

Tabela 6 – Evolução das ações de capacitação em acessibilidade e inclusão 2021-2024

VARIÁVEL	2021	2022	2023	2024
Quantidade de servidores(as) com deficiência capacitados(as) na temática	0	2	8	2
Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as) na temática	0	106	99	119
Quantidade de gestores(as) capacitados(as) na temática	0	58	36	27
Quantidade total de gestores (as) do órgão	369	187	140	118
Proporção de gestores(as) capacitados(as) na temática	0	31%	26%	23%
Quantidade de curros da temática oferecidos no ano-base.	0	7	7	7
Quantidade de vagas oferecidas nos cursos da temática no ano-base.	0	155	191	203

Tabela 7 – Servidores(as) capacitados em Libras 2021-2024

VARIÁVEL	2021	2022	2023	2024
Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.	0	36	30	0
Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.	0	58	157	187

Tabela 8 – Servidores(as) capacitados para o atendimento de PCD nas unidades 2021-2024

VARIÁVEL	2021	2022	2023	2024
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.	0	33	33	24
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.	0	4	6	6
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.	1	2	2	2

Tabela 9 – ações de sensibilização e inclusão 2021-2024

VARIÁVEL	2021	2022	2023	2024
Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.	1	48	95	49
Quantidade de Ações de promoção da inclusão	1	28	53	49

Tabela 10 – Contratos de atendimento para PCD 2021-2024

VARIÁVEL	2021	2022	2023	2024
Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo	2	8	2	2
Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras	1	7	2	2
Percentual de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras	50%	88%	100%	100%

3. Acessibilidade Comunicacional

Um dos principais objetivos do Poder Judiciário é promover uma comunicação acessível, clara e inclusiva, garantindo que a mensagem seja compreendida por todos os públicos. Nesse sentido, o TRE-PI tem trabalhado para conscientizar sua equipe e implementar medidas e ferramentas que assegurem condições de acesso, entendimento e participação em igualdade de oportunidades, com segurança e autonomia. Isso inclui desde a acessibilidade nos sites e serviços online, a publicação de vídeos no YouTube com recursos inclusivos, postagens institucionais nas redes sociais, até a adaptação de eventos presenciais ou remotos. Entre as principais ações realizadas em 2024 destaca-se a universalização das ferramentas de acessibilidade em todas as matérias publicadas no site do Tribunal.

Importante destacar também que a Ouvidoria do TRE-PI oferece formas de comunicação alternativas para garantir um atendimento humanizado e acessível. Entre os recursos disponíveis podemos destacar: a equipe capacitada em LIBRAS, uso da solução de acessibilidade da Rybená, que traduz conteúdos publicados pela Ouvidoria na internet para Libras ou os converte em áudio e o uso do aplicativo WhatsApp, que permite o envio de mensagens por voz, vídeo ou texto.

Tabela 11 – evolução da acessibilidade comunicacional 2021-2024

EVOLUÇÃO	2021	2022	2023	2024
Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade	39	51	21	20
Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível	213	359	366	2.750
Quantidade total de eventos, presenciais ou a distância	45	61	33	70
Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional	1	18	29	52
Percentual de eventos, presenciais ou a distância, disponibilizados por meios de comunicação acessível	2%	30%	88%	74%

4. Acessibilidade Tecnológica

O TRE-PI utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links, especificamente o site ASES - Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (<https://asesweb.governoeletronico.gov.br>) para verificar a acessibilidade do site e de links nele presentes.

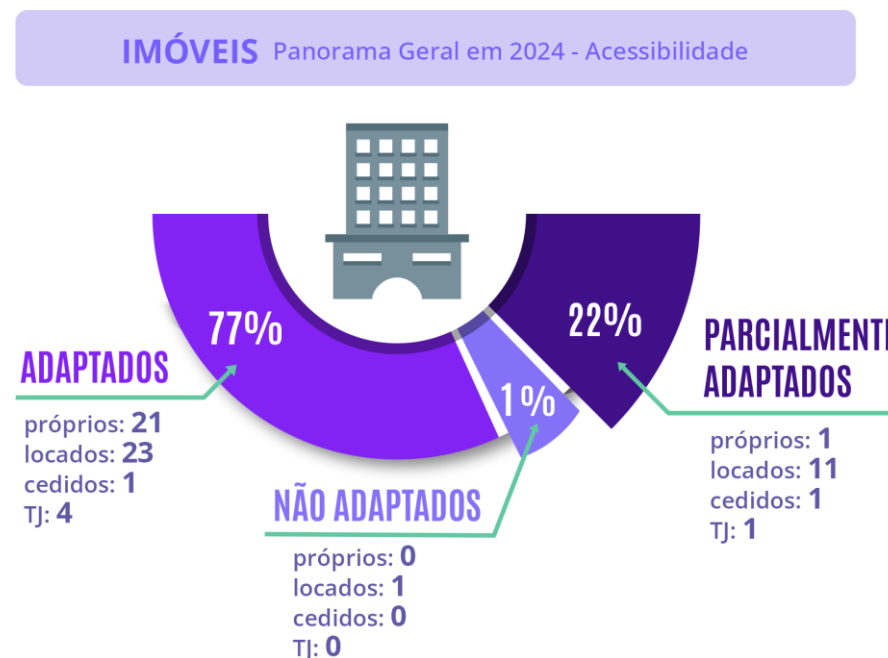
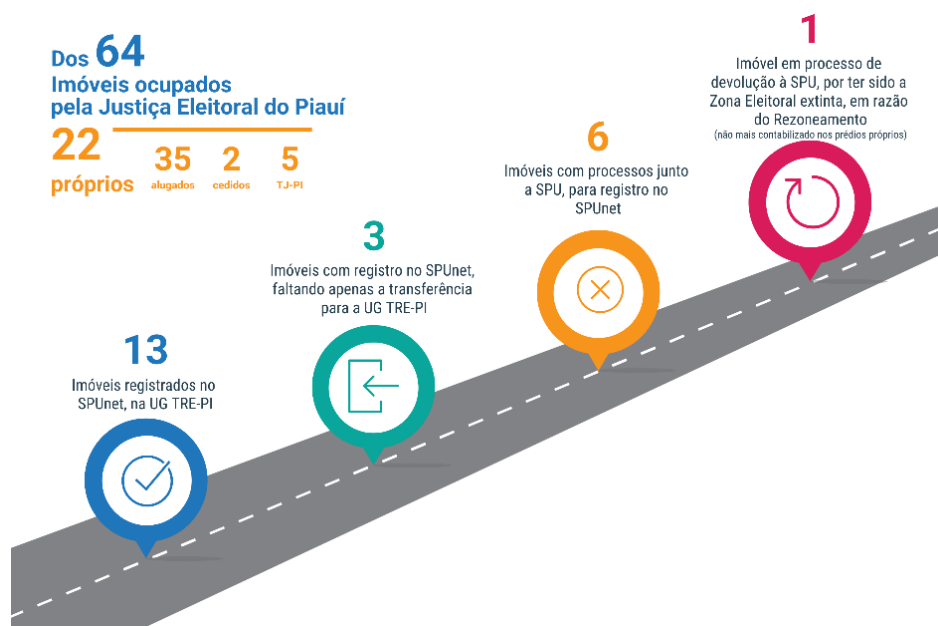
Noutra frente, o Tribunal fornece tecnologias assistivas que permitem o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total, por meio de aplicativos associados a programas sintetizadores de voz. Foi disponibilizado o software DOS-VOX, sistema que se comunica com o usuário através de síntese de voz, instalado em um microcomputador da Biblioteca do Tribunal, para uso dos frequentadores que possuem deficiência visual. No mesmo microcomputador encontra-se instalado um leitor autônomo de material impresso (scanner), que funciona com software específico para conversão de materiais impressos em imagens digitais, cujo conteúdo textual é reconhecido e convertido em texto para ser falado por um sintetizador de voz.

Para viabilizar a acessibilidade nas videoconferências, são utilizados os recursos de acessibilidade nativos das plataformas utilizadas em reuniões virtuais no TRE-PI: Zoom e Google Meet.

5. Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística

A acessibilidade arquitetônica está relacionada à adoção de recursos que permita a locomoção de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em qualquer espaço com autonomia, é obrigatório e está previsto na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), além de decretos federais e outras normas oficiais.

A Justiça Eleitoral do Piauí conta, atualmente, com 64 imóveis ocupados, sendo 22 próprios, 35 alugados, 2 cedidos e 5 prédios do TJ-PI.



O TRE-PI conta com 77% dos imóveis adaptados com acessibilidade em suas condições básicas no exercício 2024, o que representa uma evolução desse indicador em relação ao ano anterior, quando esse índice era de 74%.

6. Outras ações de capacitação e sensibilização sobre acessibilidade, diversidade e inclusão

◆ Justiça Eleitoral acessível a pessoas com Síndrome de Down

Campanha veiculada nas redes sociais e páginas de intranet e internet do TRE-PI, destacando a acessibilidade enquanto valor institucional incluído no Planejamento Estratégico do Tribunal por ocasião do Dia Mundial da Síndrome de Down, 21 de março, destinado à conscientização global da necessidade de garantida de liberdades e oportunidades a esse segmento da sociedade.



◆ Abril Azul: TRE-PI atua na conscientização sobre o Autismo



O Dia Mundial de Conscientização do Autismo, 2 de abril, foi marcado por uma ação de conscientização e combate ao preconceito e à discriminação direcionados às pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA.

◆ **Palestra “Mulheres de Visão”**

Em evento para homenagear o Dia da Mulher foi inserida a palestra “Mulheres de Visão”, destacando a importância de capacitar mulheres cegas e com baixa visão para atuarem no mercado de trabalho como empreendedoras, incrementando suas possibilidades e rompendo os limites atuais de empoderamento e ampliação da renda.

◆ **Construindo o Amanhã - Desafios e Possibilidades**

Evento comemorativo do Dia Internacional da Terceira Idade e Dia Nacional da Pessoa Idosa, 1º de outubro, voltado aos servidores e servidores idosos, que além de buscar a melhoria da qualidade de vida, objetivou conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre direitos e necessidades desse público, no qual estão se inserem muitos portadores de necessidades especiais próprias da idade.

Palestra ministrada para as idosas assistidas pelo Centro de Convivência Cajueiro

A importância da participação política de mulheres idosas; o voto como instrumento de representatividade; acessibilidade nos locais de votação; os direitos e características da idosa e do idoso no momento do voto, foram destacados pela palestrante, a Diretora Geral do TRE-PI, Silvani Maia Resende Santana.



